

O PROTAGONISMO ESTUDANTIL POR MEIO DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS NA DISCUSSÃO DO DIREITO A MORADIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Danielle Yurie Moura Da Silva¹
Raquel Rosan Christino Gitahy.²

Resumo

Este relato de experiência teve como objetivo evidenciar como a metodologia ativa da Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) pode auxiliar na construção do pensamento crítico reflexivo no que se refere ao Direito a Moradia, um direito Humano. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa do tipo intervenção. Foram participantes alunos da rede pública estadual, cursando o 2º ano do ensino médio. Para a aplicação da metodologia PBL, foi elaborado um problema envolvendo a questão do Direito a moradia. Foram usados para a coleta de dados, a observação dos sete passos do PBL, os documentos de registro dos passos do PBL elaborados pelo relator dos grupos e um documento de resolução do problema em formato de redação, que foi elaborado de forma colaborativa pelo grupo no Google Docs. Além disso, foi aplicado um questionário para avaliar a influência da metodologia ativa na reflexão da temática dos Direitos Humanos e mais especificamente do Direito a moradia. Os resultados evidenciaram que o PBL instigou os alunos numa aprendizagem ativa para resolver os problemas ligados ao contexto. Os estudantes destacaram que a metodologia os incentivou a ter mais autonomia no aprendizado, expressando o desejo que outros docentes também utilizassem essa metodologia.

Palavras-chave: Educação; Direito a moradia; aprendizagem baseada em problemas.

Abstract

The aim of this experience report is to show how the active methodology of Problem-Based Learning (PBL) can help to build reflective critical thinking with regard to the Right to Housing, a human right. The methodology used was qualitative intervention research. The participants were state public school students in their second year of high school. To apply the PBL methodology, a problem involving the Right to Housing was developed. Data collection included observing the seven PBL steps, documents recording the PBL steps drawn up by the groups' rapporteurs and a problem-solving document in essay format, which was drawn up collaboratively by the group on Google Docs. In addition, a questionnaire was administered to assess the influence of the

¹ Mestre em Educação. Bacharel em Direito. Docente da Faculdade de Direito do Centro Universitário La Salle.

² Doutora em Educação. Bacharel em Direito. Pedagoga. Avaliadora do MEC-INEP dos cursos de Direito. Docente da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE).

active methodology on reflection on the theme of human rights and, more specifically, the right to housing. The results showed that PBL encouraged students to engage in active learning in order to solve problems linked to the context. The students emphasized that the methodology encouraged them to have more autonomy in their learning, expressing the wish that other teachers would also use this methodology.

Keywords: Education; Right to housing; problem-based learning

INTRODUÇÃO: A BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA

O Direito a moradia é um direito garantido constitucionalmente quando observamos a existência do artigo 6º, quando afirma:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988)

Além da constituição Federal, o Brasil, por ser signatário do pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, promulgado em 1996, reconhece esse direito com o texto de que os Estados que o assinaram “reconhecem o direito de toda pessoa a nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida.”

Porém, apesar de toda a garantia legal, problemas podem surgir no cotidiano que precisam ser refletidos pela população por meio de uma educação problematizadora, que tem como base Paulo Freire. Quando se analisa os livros de Paulo Freire, percebe-se que raras vezes ele trata de forma explícita o assunto dos Direitos Humanos. Contudo, implicitamente, esse educador, por diversas vezes, dialoga com o tema. Isso ocorre quando ele sugere que para que haja sociedade justa, onde todos têm seus direitos assegurados de ser mais, de poder se expressar e principalmente de indignar-se sobre a realidade injusta que existe na sociedade, há a necessidade de que a educação auxilie na superação da violação dos Direitos Humanos, uma vez que é dessa maneira que todos os indivíduos, portadores de direitos, terão de forma efetiva e permanente seus direitos assegurados.

Fica fácil entender isso quando se pensa sobre os “oprimidos” e os “opressores”, que na realidade nada mais é que a violação, por parte dos opressores, dos Direitos Humanos. Mas para superar essa opressão e, conseqüentemente, a

violação dos DH, deve haver um despertar de libertar-se por parte dos oprimidos, uma vontade de transformar a sua realidade, ou seja, a “práxis libertadora” (FREIRE, 2018, p. 49). Isso não é um processo fácil, pois há a necessidade de esse sujeito não atuar em nenhum desses polos, quer seja como oprimido ou passando a ser o “opressor dos opressores”, mas a de ser o “restaurador da humanidade de ambos”, uma vez que o desrespeito com os Direitos Humanos torna-os “desumanizados” (Freire, 2018, p. 41).

É nesse contexto que a educação entra em cena e tenta viabilizar esse processo, a “pedagogia do oprimido”, que, nas palavras do autor, é aquela que “busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não ‘humanitarista’, pode alcançar este objetivo” (Freire, 2018, p. 56).

Destarte, Freire (2018b) diferencia a educação em duas concepções pedagógicas, a educação bancária e a educação problematizadora.

A educação bancária é entendida como aquela na qual o educador tem um relacionamento vertical com o seu aluno, marcada pela narração. Ela se determina porque existe a falta de diálogo entre as partes, uma vez que o centro do processo educacional não é este, mas sim aquele. E sua função nada mais é que a mera narração, levando-os apenas a decorar o assunto exposto. Freire (2018b, p. 80) descreve isso como “narração de conteúdos” em que:

[...] a narração os transforma em ‘vasilhas’, em recipientes a serem ‘enchidos’ pelo educador. Quanto mais vá ‘enchendo’ os recipientes com seus ‘depósitos’, tanto melhor o educador será. Quanto mais se deixam docilmente ‘encher’, tanto melhores educandos serão.

Desta maneira a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante.

Por esse motivo que se denomina de educação bancária, pois o educador assume uma posição autoritária perante seus alunos, ele educa sozinho, não existindo um espaço para o diálogo, ele não se comunica com os estudantes, apenas faz comunicados e, por consequência, os alunos não são levados a questionar sua realidade, simplesmente a aceitam. Assim, esse sujeito, que muitas vezes tem seus direitos violados, não se indaga se há outras possibilidades diferentes. Essa forma de educação aliena e doméstica, pois torna-os passivos. Isso porque o professor acredita ser o detentor do conhecimento, cabendo a ele “dar, entregar, levar e transmitir o seu

saber” (Freire, 2018, p. 83), não permitindo aos alunos desenvolver um pensamento crítico.

Nota-se, portanto, que essa pedagogia favorece os opressores, no qual seu “humanitarismo e não humanismo” os ajuda na preservação desse *status*. Vale a pena ressaltar que muitos professores não fazem isso de má-fé, pelo contrário, executam essa “educação bancária” por terem sido assim instruídos, domesticados a ponto de não perceberem que estão a serviço da desumanização.

Fala-se em humanitarismo, posto que os opressores têm a intenção apenas de “transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime” (Beauvoir *apud* Freire, 2018, p. 84), haja vista que essas práticas nada mais são que uma ação social, em que estes devem se adaptar aos interesses daqueles, mesmo que para isso tenham seus direitos cerceados.

A educação problematizadora, por outro lado, possui pressupostos totalmente distintos da anterior, a começar pelo comportamento na relação aluno/professor. Ela entende que essa relação deve existir de forma horizontal, baseada numa reflexão ontológica de humanização. Nesse ponto, o educador não é mais o centro do conhecimento, mas um ser transformador, que busca a liberdade como ferramenta para atingir a humanização. Educação que faz os sujeitos, detentores de direitos, indagarem por meio de um pensamento autêntico sobre o mundo, para que possam transformar a sua realidade.

Nas palavras de Freire (2018, p. 94):

Ao contrário da ‘bancária’, a educação problematizadora, respondendo à essência do ser da consciência, que é a sua *intencionalidade*, nega os comunicados e existência a comunicação. Identifica-se com o próprio da consciência que é sempre ser *consciência de*, não apenas quando se intenciona a objetos, mas também quando se volta sobre si mesma [...]

Por conta disso, não há a possibilidade de ela ser um ato de depósito, de uma narração, de transferência ou meramente na transmissão de conhecimentos e valores já pré-estabelecidos, há nesses atos a necessidade de realizar um diálogo em que ele “afirma sua dialogicidade e se faz dialógica” (Freire, 2018, p. 95).

Posto isso, parte-se do princípio que a educação deva vir da relação do indivíduo com sua realidade. O professor não apresenta um mundo como algo certo e imutável, mas ele deve intermediar a ação dos alunos num processo de transformação, que terá como resultado a sua humanização, possibilitando ser ele

livre. Assim, temos uma educação que se justapõe com o mundo, possuindo fortes atributos sociais e, por consequência, políticos também, a ponto de ser ela a mantenedora da sociedade, visto que somente ela tem o potencial de transformar e mantê-la (Freire, 2017).

Diante do exposto, constata-se que a educação problematizadora age de forma diferenciada, contrapondo-se a educação bancária, e tem o potencial de, por intermédio do processo ensino e aprendizagem, auxiliar o aluno na verdadeira compreensão do que são os DH. Isso porque a educação problematizadora advém daquilo que os alunos já sabem e, a partir disso, auxilia na construção do conhecimento, não isoladamente, simplesmente pela transmissão de conteúdos para o aluno, mas em conjunto com ele, chamando-o para implantar uma cultura que respeita os Direitos humanos.

Porém, isso só é possível se o sujeito captar que ele é um indivíduo que precisa de relacionamentos e que possui condições de que todos possam viver em liberdade, e essa liberdade advém do respeito aos Direitos Humanos.

Logo, quando Freire (2018b) propõe uma educação que é capaz de superar a opressão, entende-se que ele remete a ela a responsabilidade de sobrepujar a violação dos Direitos Humanos. Ao analisar as obras de Paulo Freire, é nítida sua inquietação permanente com o ser humano, mostrando que ele sempre esteve engajado na luta pelos Direitos Humanos.

Freire (2018b) sempre teve como objetivo uma educação libertadora, pois, a partir dela, seria possível chegar a uma cultura em que os Direitos Humanos estariam assegurados por completo. Para isso, a prática educacional deve entender o real significado e caminhar em conjunto com uma prática educacional dos Direitos Humanos.

Diante dessa análise, ao proporcionar uma Educação em Direitos Humanos, sabe-se também que haverá inúmeros desafios a serem enfrentados, uma vez que educar para os Direitos humanos não é apenas transmitir seu conceito, mas estimular uma cultura voltada a eles.

De acordo com Sacavino (2000, p. 43), algumas questões básicas devem nortear a EDH, para que seja autêntica a ponto de promover uma mudança significativa em toda a sociedade. A primeira delas refere-se ao entendimento que os alunos deverão ter sobre DH, pois “[...] não se pode reduzir e/ou diluir a educação em

direitos humanos a uma educação em valores, inibindo-se sua dimensão política e cultural”. Logo, não basta falar sobre DH, é preciso conhecê-los.

Outra questão que a autora ressalta é quanto à finalidade da EDH. Para ela, é algo que gira em torno da ideia de uma educação para o “nunca mais”, sentido esse que ela dá quando se refere ao empoderamento que todos os alunos devem ter. Dessa forma, a educação do “nunca mais” (Sacavino, 2000, p. 44-45) é:

Afirmar e promover o ‘nunca mais’ desde a afirmação da democracia significa lutar para que diferentes situações históricas não voltem a ser repetidas. ‘Nunca mais’ crianças exploradas pelo trabalho infantil, ‘nunca mais’ mulheres violentadas pela falta de reconhecimento de sua dignidade, ‘nunca mais’ guerras, ‘nunca mais’ [...]

Assim, nota-se que a educação é a chave para uma revolução genuína numa sociedade de opressores. Nesse sentido, Gorczewski e Martín (2015) direcionam pontos básicos que a EDH deve ter para que essa transformação ocorra. Partem do princípio que os alunos têm de descobrir um mundo no qual os valores estão alinhados a grandeza da dignidade humana. Em seguida, os alunos precisam julgar a realidade em que estão inseridos e perceberem a partir dela aquilo que é certo e errado, sendo necessário fazer essa análise não apenas superficialmente, mas criticamente a ponto de conseguir notar as diferenças e buscar sempre o que for melhor não apenas para si, mas para toda sociedade. E por fim, a grande jogada que denotará se houve compreensão autêntica dos DH é quando as ações desses alunos saem da teoria e adentram suas vidas, isto é, quando praticam o que aprenderam, uma verdadeira práxis em favor dos DH.

A partir dessa base teórica da educação problematizadora, que visa a emancipação e a reflexão sobre os Direitos humanos, o presente artigo evidencia como a metodologia ativa da Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) pode auxiliar na construção do pensamento crítico reflexivo no que se refere ao Direito a Moradia, um direito Humano.

2 A METODOLOGIA ATIVA DA APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS (PBL)

O PBL é uma metodologia que se estabelece mediante a investigação de problemas, que precisam ser vivenciados no cotidiano dos alunos, para que eles

possam adentrar naquela situação a ponto de desejar apresentar uma solução como se fizessem parte dela (Torp ; Saige, 2002).

A metodologia possui sete passos bem definidos, como podemos observar na figura abaixo

Figura 1 - Sete passos do PBL



Fonte: Adaptado de Berbel (1998, p. 147).

Conforme a figura, ao receber o problema, os alunos devem realizar:

1. Leitura do problema, identificação e esclarecimento de termos desconhecidos; 2. Identificação dos problemas propostos pelo enunciado; 3. Formulação de hipóteses explicativas para os problemas identificados no passo anterior (os alunos se utilizam nesta fase dos conhecimentos de que dispõem sobre o assunto); 4. Resumo das hipóteses; 5. Formulação dos objetivos de aprendizado (trata-se da identificação do que o aluno deverá estudar para aprofundar os conhecimentos incompletos formulados nas hipóteses explicativas); 6. Estudo individual dos assuntos levantados nos objetivos de aprendizado; 7. Retorno ao grupo tutorial para rediscussão do problema frente aos novos conhecimentos adquiridos na fase de estudo anterior. (Berbel, 1998, p. 147).

Apesar do PBL ser uma metodologia com passos bem definidos, sofreu severas críticas por não possuir uma base científica. Isso porque nenhuma

fundamentação teórica foi usada por seus idealizadores (MAMEDE; PENAFORTE, 2001). Contudo, as ideias do PBL derivam de tantas outras teorias que a antecederam, tais como as de Dewey, Bruner, Piaget, Ausubel, Vygotsky, Rogers, Freire, dentre outros (Ribeiro, 2005).

O quadro a seguir mostra a relação de cada um desses autores citados com o PBL:

Quadro 1 – Referências Pedagógicas

Pensador	Relações de suas ideias com o PBL
John Dewey	Problematização e análise crítica da realidade; construção dialógica do conhecimento e estímulo à colaboração; associação da teoria com a prática; valorização das situações de experimentação e da capacidade de pensar do aprendiz; construção de cenários investigativos.
Jerome Bruner	Aprendizagem por descoberta; aprofundamento na investigação e na complexidade de conteúdos e técnicas (“currículo em espiral”); elaboração de perguntas que estimulem o interesse, a curiosidade e a capacidade de construção de conhecimentos pelos aprendizes.
Paulo Freire	Problematização e combate à “Educação Bancária” alienante; desenvolvimento de uma postura crítica da realidade por parte dos aprendizes; valorização da cultura dos aprendizes.
Jean Piaget	Aprendizagem pela atividade do aprendiz; estímulo pela procura/construção do conhecimento; importância da construção de estratégias mediadoras para a construção do conhecimento.
Lev Vygotsky	Valorização dos conteúdos de aprendizagem como resultados dos processos históricos, culturais e sociais; importância do professor como mediador da aprendizagem.
Carl Rogers	Ensino centrado nos aprendizes; professor atuando como facilitador da aprendizagem; construção da aprendizagem a partir do confronto do aprendiz com problemas de natureza social, ética, filosófica e/ou pessoal.
David Paul Ausubel e Joseph Novak	Valorização dos conhecimentos prévios dos aprendizes como pressuposto para o desenvolvimento de aprendizagens significativas; aprendizagem construída a partir das relações entre os novos conhecimentos e os conhecimentos prévios; uso de mapas conceituais.

Fonte: Silva Filho *et al.* (2010, p. 12).

Para Schmidt (1993), o PBL tem suas raízes curriculares embasadas nos pressupostos construtivistas e essa metodologia está intimamente ligada à aprendizagem autônoma de Dewey e aos fundamentos da psicologia cognitiva de

Bruner, em que o aluno precisa estar motivado no processo de aprendizagem. O autor relata que Dewey entendia que o problema é o ponto inicial da aprendizagem, ou seja, o aprendizado partiria da resposta e a interação com aquilo que está no cotidiano do aluno é o que permitiria aos alunos uma atuação ativa no processo. As obras de Dewey influenciaram muito o PBL. Para ele, a aprendizagem ocorre por meio das experiências e também do pensamento reflexivo, na qual ele salienta que é “a espécie de pensamento que consiste em examinar mentalmente o assunto e dar-lhe consideração séria e consecutiva” (Dewey, 1959a, p. 13).

Logo, a aprendizagem só pode acontecer se o aluno reagir a uma situação problemática, pois as ideias que envolvem o estudante na construção do seu conhecimento em conjunto com aquele conhecimento prévio atuam de modo significativo para que a atividade reflexiva possa se desenvolver. Dessa forma, o problema só pode ser resolvido se o aluno entender que a situação deve ser solucionada por ele e o conhecimento que ele já possui dará início ao debate e a busca por novas respostas orientará a atividade para que ela possa ser concluída (Andrade, 2007).

Já a psicologia cognitiva de Bruner parte da premissa que a aprendizagem não é um processo de recebimento. Freire (2018b) também entende isso quando afirma que a educação bancária não pode existir se queremos uma educação libertadora. Assim, o processo educacional deve ocorrer por meio da construção de novos conhecimentos, partindo do que os alunos já sabem e evoluindo pela busca daquilo que a curiosidade e interação deles o despertarem.

Quanto aos objetivos, primeiramente, insta salientar que apesar de a metodologia utilizar os problemas como parte do processo de aprendizagem, o PBL não é um conjunto de procedimentos para solucioná-los, as técnicas são indispensáveis, contudo seus objetivos não se limitam a elas. Por ter fundamentos mais complexos, o PBL gira em torno de problemas reais que podem aparecer no cotidiano dos alunos. Esse tipo de aprendizagem torna os estudantes mais autônomos, proporcionando a eles habilidades que vão sendo construídas no decorrer do processo. Isso porque essa metodologia favorece o trabalho em equipe, promovendo adaptações por parte de todos e possibilitando aos alunos solucionar os problemas com pensamentos críticos e porque não dizer criativos, viabilizando um aprendizado contínuo, aliando teoria à prática (Ribeiro, 2008).

Logo, essa metodologia visa não só o aprendizado dos alunos, mas também proporciona vantagens aos professores e toda a sociedade. Isso porque esse processo permite que os alunos solucionem as situações que estão relacionadas ao seu cotidiano e os estimulam a pesquisar, tornando-os mais autônomos e aptos para a tomada de decisões. Quanto aos docentes, a prática se torna benéfica ao estimular a interdisciplinaridade, e seu trabalho se torna eficaz, pois ele tem certeza de que seu papel de educador foi feito, vivenciando práticas pedagógicas alternativas às aulas expositivas que está acostumado a lecionar. Por fim, a sociedade receberá profissionais mais preparados e com soluções apropriadas a cada realidade.

Mamede (2001) retrata essa metodologia como uma estratégia pedagógica em que os alunos são direcionados a obterem o conhecimento de forma ativa e colaborativa, num contexto próprio. Assim, eles se dedicam a buscar soluções, tornando aquela situação pessoal. A aquisição do conhecimento tem significado e isso eles levam para a vida.

O processo requer ainda que o aluno descubra e use informações e que por meio disso construa habilidades próprias para resolver os problemas e obter o aprendizado necessário, pois é sabido que o melhor currículo não é aquele que os alunos sabem na teoria, mas aquele que conseguem, durante o estudo, conciliá-lo com a prática (Borochovicus; Tortella, 2014).

O problema é o objeto central dessa metodologia e ele deve cumprir alguns requisitos para que a abordagem funcione. Isso porque, além de ser usado para motivação, ele dá início à pesquisa e ajuda o aluno a buscar os conceitos que necessita. Portanto, de maneira geral, o problema serve de estímulo na procura de uma solução ainda não conhecida, e essa instigação provoca no aluno uma curiosidade a ponto dele se empenhar em encontrar viáveis saídas para o problema.

Diferente do que acontece nos métodos convencionais, o problema no PBL é mais amplo, ou seja, não há uma única solução possível, mas várias que podem ser adequadas àquela determinada situação, por isso deve ser algo que faz parte da realidade do aluno, num contexto próprio, que se apresenta de forma natural com alguma situação de sua vida, despertando nele uma curiosidade a ponto de levá-lo a indagar quais seriam as possíveis soluções para resolvê-lo (Sousa, 2011).

Mas por que a relação dos alunos com o problema é tão importante? Dewey (1959b, p. 171) afirma que:

Devido à ausência de matérias e ocupações que gerem problemas reais, os problemas do aluno não são seus; ou antes, são *unicamente em sua qualidade de alunos*, mas não em sua qualidade de seres humanos. Daí uma lamentável decepção quando se procura aplicar fora do âmbito da escola os conhecimentos adquiridos por essa forma.

Portanto, vemos que o que distingue o problema no PBL é a forma como o aluno vai encará-lo. Nesse caso, ele precisará refletir, uma vez que a solução não está acessível a ele ainda, pelo contrário, a solução deverá ser buscada por ele, colocando-o numa situação ativa e não apenas receptiva.

Delisle (2000) afirma que quando os alunos vivenciam o problema e o conectam com sua realidade ou de pessoas do seu cotidiano, eles conseguem aprender melhor e armazenam o conteúdo de forma mais produtiva.

Conseqüentemente, há a necessidade de o problema ser elaborado num contexto próprio, significativo e é por isso que a formulação do problema deve considerar os conhecimentos prévios dos alunos e suas habilidades já existentes (Caprara, 2001). Isso porque se o problema não for bem elaborado pode afetar o interesse do aluno, a discussão do grupo e inclusive o tempo que o aluno irá dispor para o estudo autodirigido (Pinho; Lopes, 2019).

De acordo com Jonassen e Hung (2008), existem dois fatores que devem ser levados em consideração ao elaborar as situações-problemas nessa metodologia: o fator interno e o externo. Ambos são extremamente importantes, pois aquele diz respeito ao nível de conhecimento, as experiências para a resolução, as habilidades de raciocínio, enquanto este se resume a dificuldade do problema.

No fator externo existem duas características que precisam também ser consideradas para a sua elaboração, a saber, a complexidade e a estruturação. A complexidade refere-se ao quanto de conhecimento é exigido dos alunos. Dessa forma, quanto mais complexo for o problema, mais informações serão necessárias para a sua resolução. Já a estruturação do problema refere-se à parte que é desconhecida no problema, ou seja, aquilo que os alunos devem buscar. Para que haja um bom problema, esses requisitos devem estar em equilíbrio (Jonassen; Hung, 2008).

Sabendo da importância, do problema, a presente pesquisa trabalhou com o seguinte problema elaborado

Gabriel tem 11 anos e junto com a sua mãe, residiam em umas das fazendas pertencentes à Usina da cidade de Porecatu/PR, uma vez que esta trabalhava na mesma como cortadora de cana-de-açúcar. Após o fechamento da referida Usina eles foram despejados da casa que moravam na fazenda,

e obrigados a vir para a cidade na busca por moradia e emprego. Contudo, por falta de estudos, haja vista a mãe de Gabriel ser analfabeta, não consegue arrumar um serviço e acaba vivendo de trabalhos informais para conseguir algum sustento. Eles receberam novamente uma ordem de despejo, pois não conseguem pagar o aluguel e diante disso tudo, sabendo dessas condições, Gabriel não está frequentando a escola, pois tenta ajudar sua mãe fazendo alguns “bicos”. Você acaba de conhecer Gabriel. Diante disso, discorra sobre quais são as possíveis soluções que garanta a Gabriel uma moradia digna e assim possibilitar a frequência de Gabriel na escola.

Recursos para Aprendizagem

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da república Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988.

LOPES, M. Sob tensão, duas famílias são despejadas no Santa Emília. Campo Grande News, 20 fev. 2013. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/sob-tensao-duas-familias-sao-despejadas-no-santa-emilia> Acesso em: 14 nov. 2018

MAZZUOLI, V. de O. Curso de Direitos Humanos. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2014, cap.: Noções gerais sobre direitos humanos, p. 19-38

O QUE É O DIREITO HUMANO A MORADIA DIGNA? Projeto DHnet. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dht/br/rs/terra_trab/dh_moradia.html. Acesso em: 14 nov. 2018.

DIREITO À MORADIA: TODOS TÊM DIREITO A UM LAR. Politize!. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direito-a-moradia/>. Acesso em: 14 nov. 2018.

RATOS DE RUA. Disponível em <http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/handle/mec/8294>. Acesso em 28 set. 2018

3 METODOLOGIA

Tratando-se de Direitos Humanos, que, normalmente engloba temas mais amplos, dentro de um contexto multifacetado, necessita-se superar as pesquisas redundantes, que têm por características apenas apresentar conceitos gerais que não relatam uma análise criteriosa da realidade visando à transformação.

Nas palavras de Triviños (1987, p. 51):

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana.

É por isso que o uso do materialismo histórico-dialético se apresentou como método mais apropriado para esta pesquisa, pois, enquanto método de investigação, ele é crítico e também polêmico, porque procura superar o senso comum em busca

de um conhecimento crítico, e partindo desse enfoque, tende a transformar a realidade. Houve uma abordagem qualitativa com uma pesquisa intervenção envolvendo estudantes que frequentavam o 2º ano do ensino médio do período matutino numa cidade do norte do Paraná. A pesquisa ocorreu no contraturno, no período vespertino. Foram participantes aqueles que aceitaram por meio de termos de assentimento, juntamente com a concordância dos responsáveis, que assinaram o termo de consentimento. A pesquisa foi cadastrada e aprovada no Comitê de ética da Plataforma Brasil sob o número 03905418.7.0000.5515.

Como instrumentos de coleta de dados foi utilizada a observação durante o processo de resolução do problema, além da análise de todos os documentos produzidos durante a metodologia e questionário para avaliar a influência da metodologia ativa na reflexão da temática Educação em/para Direitos Humanos

4 A INTERVENÇÃO E SUA ANÁLISE

Foi distribuída uma cópia do problema envolvendo o problema do Direito a moradia a cada aluno que aceitou participar da pesquisa.

Primeiramente, foi dito a eles que realizassem uma leitura individual, nesse momento todos ficaram bem quietos, concentrados, mas não somente porque estavam compenetrados na leitura, era como se estivessem sendo pressionados a entenderem tudo.

O despertar dos alunos para solucionar os problemas e a recepção da metodologia foi tão bem aceita que cabe destacar que no dia da primeira sessão do problema houve uma paralisação dos professores, por conta de uma eventual greve que ocorreria. Foi perguntado aos alunos pelo grupo no WhatsApp se eles poderiam ir e todos responderam de forma bem rápida que iriam. Outro ponto interessante foi que houve uma maior abertura deles com a professora, nessa etapa eles já estavam bem mais espontâneos, relatando suas vivências, apontando as dificuldades que tinham no aprendizado regular e até alguns problemas pessoais. Isso fez lembrar Freire (1967, p. 114) quando fala sobre a importância da relação professor-aluno, e como o diálogo é importante para a construção do conhecimento:

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé

um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação.

Nos dizeres de Freire (1967), o vínculo que o diálogo e a efetividade criam nessa relação, que se dá de forma horizontal, proporciona uma educação transformadora, porque o saber do professor se interliga ao saber dos alunos e nesse processo de troca, ambos saem ganhando, pois o professor ensina aprendendo e o aluno aprende ensinando.

Na segunda sessão, que foi quando os alunos iniciaram a escrita da primeira redação com os conhecimentos prévios, notou-se que eles já sabiam sobre os Direitos Humanos, apesar de o texto falar sobre o Direito à Moradia. Tal escrita foi de maneira colaborativa por meio do google docs.

Ao retornarem na semana seguinte, na terceira e última sessão, os estudantes viram algumas reportagens e usamos outro objeto educacional (Ratos de Rua), que também era em formato de vídeo. A escrita da segunda redação ficou bem melhor que a primeira redação, sendo também realizada de maneira colaborativa com o uso do google docs. O entrosamento entre eles, a colaboração do grupo, tudo havia melhorado.

O próximo encontro foi realizado para que alunos pudessem avaliar a metodologia.

A partir de todos os dados coletados, realizamos a análise dos dados a luz da teoria, com a triangulação dos dados para compreender como foi o trabalho colaborativo no desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas

Os problemas foram criados levando em conta o contexto dos alunos, em que eles precisavam ter conhecimentos prévios, e relacioná-los com os novos, buscando novas estratégias de soluções para o problema. Por isso, a importância que existe na composição dos problemas, que precisam ter contextos reais, a fim de ser relevante para suas vidas.

No decorrer das intervenções pôde ser notado que, inicialmente, eles não estavam habituados a resolver problemas dessa forma, pois estavam acostumados a resolver questões para memorizar matérias, e não para compreender a necessidade daquilo (Delisle, 2000). No início da sessão um, isso pôde ser observado, pois, ao ser apresentado o problema a eles, ficaram meio sem jeito para resolvê-lo. Procuraram, no início, dar soluções simples. Porém, aos poucos, eles foram entrando no ritmo da metodologia. Foi possível notar por meio do quadro referencial quando eles

apontaram primeiramente o que precisavam saber para resolver o problema e depois quando planejaram como iriam buscar as respostas para solucionar o problema um.

Quadro 2 - Quadro referencial com os passos do PBL

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA: 2			
Com Relação ao Problema		Com relação ao Grupo	
Hipóteses	Fatos	Questões de Aprendizagem	Estratégias de Pesquisa
Levantamento de possível causas que ocasionam o problema (todos podem se manifestar, sem censura do grupo)	Busque no problema indícios para as suas hipóteses (atividade com discussão)	Aponte conceitos relevantes para solucionar o problema.	Planejar como o grupo buscará os conceitos (quem, como, quando, o que)
<i>Exchamento da Urina, ocasionando o seu despio da fazenda onde morava; e sua falta de ensino básico que impossibilita que ele possa encontrar um emprego por ser analfabeto que pode ter sido ocasionado na sua infância para ter que ajudar seus pais em casa, não conseguindo estudar, mas não</i>	<i>Falta de verba para montar a Urina aberta e a mãe não conseguir um emprego por ser analfabeta.</i>	<i>Como utilizar o direito a moradia que é um direito humano fundamental a todo, como a educação, onde os direitos de cidadania tem esse direito.</i>	<i>Buscar informações sobre o direito a moradia na Prefeitura ou em algum órgão responsável. Pesquisar em sites</i>
Líder: [Redacted]	Redator: [Redacted]	Participante: [Redacted]	Membro(s): [Redacted]

Fonte: Delisle (2000, p. 40)

esta explicito no texto, consideramos o fator histórico de nossa cidade.

Fonte: Acervo dos pesquisadores

Com a análise das redações iniciais (com os conhecimentos prévios) e final foi possível verificar que eles conseguiram buscar meios para resolver os problemas.

Abaixo as redações

Quadro 3 - Redação inicial – solução a partir de conhecimentos prévios

O problema enfrentado por Gabriel e sua mãe está fortemente ligado a inúmeras causas sociais, como o desemprego, falta de alfabetização, falta de moradia; direitos que são totalmente necessários a qualquer cidadão, constituído por Leis para que toda e qualquer pessoa possa ter uma vida de qualidade fornecida pelo Estado. Desde muito nova, sua mãe (com base nos estudos históricos de nossa cidade) deixou de lado os seus estudos para poder ajudar na renda de sua família, isso a impossibilitou de conseguir um trabalho em outras áreas melhores. Com o fechamento da única maior fonte de emprego da cidade, ela acabou ficando desempregada, e sem ter onde trabalhar para sustentar ela e o filho. Em decorrência disso, hoje vive de trabalhos informais garantindo assim uma quantia mísera de dinheiro, não sendo o suficiente para o aluguel de uma casa e suas despesas, como água, luz e alimentação.

Gabriel, com apenas 11 anos de idade abandonou os estudos para poder trabalhar fazendo “bicos” e juntamente com ela conseguir algum dinheiro para tentar se manterem em algum lugar.

Este problema vai muito mais além, pois Gabriel ainda é uma criança, seu dever é estar na escola, como descrito no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. A Lei também não permite o trabalho infantil, garantindo assim mais uma vez a sua permanência dentro da escola, pois somente após seus 16 anos ele pode entrar em um projeto - como o Jovem Aprendiz -, podendo assim ter uma assistência financeira adicional sem ter que deixar de ir a escola.

Desde início Gabriel junto com sua mãe vem enfrentando problemas, por conta do fechamento da Usina da cidade de Porecatu, foram despejados da casa onde moravam que pertence a Usina.

Uma solução que poderíamos destacar é a busca de auxílio moradia para a mãe de Gabriel já que todos nós temos esse direito garantido.

Também procurar o prefeito para que possam ajudar resolver seu problema, pois é importante que Gabriel volte a estudar porque ele ainda é uma criança e mesmo que ele esteja afastado para que possa ajudar sua mãe, não é viável uma criança trabalhar e muito menos abandonar os seus estudos.

Gabriel como criança precisa ir a escola até para que no futuro ele possa ajudar sua mãe a aprender a ler e escrever.

Após recorrer aos seus direitos a mãe de Gabriel poderá conseguir uma melhora em sua vida e na vida de seu filho. Também poderá começar a fazer algum estágio no período noturno para que possa conseguir se alfabetizar e quem sabe daqui alguns anos cursar um ensino superior para conseguir seguir alguma profissão que deseja. Assim tendo condição de sustentar seu filho para que ele não precise mais trabalhar e sim para que ele possa concluir seus estudos.

Fonte : Acervo dos pesquisadores

O problema enfrentado por Gabriel e sua mãe está fortemente ligado a inúmeras causas sociais, como o desemprego, falta de alfabetização, falta de moradia; direitos que são totalmente necessários a qualquer cidadão, constituído por Leis para que toda e qualquer pessoa possa ter uma vida de qualidade fornecida pelo Estado.

Desde muito nova, sua mãe (com base nos estudos históricos de nossa cidade) deixou de lado os seus estudos para poder ajudar na renda de sua família, isso a impossibilitou de conseguir um trabalho em outras áreas melhores. Com o fechamento da única e maior fonte de emprego da cidade, ela acabou ficando desempregada, e sem ter onde trabalhar para sustentar ela e o filho.

Em decorrência disso, hoje vive de trabalhos informais garantindo assim uma quantia mísera de dinheiro, não sendo o suficiente para o aluguel de uma casa e suas despesas, como água, luz e alimentação.

Gabriel, com apenas 11 anos de idade abandonou os estudos para poder trabalhar fazendo “bicos” e juntamente com ela conseguir algum dinheiro para tentar se manterem em algum lugar.

Este problema vai muito mais além, pois Gabriel ainda é uma criança, seu dever é estar na escola, como descrito no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Lei também não permite o trabalho infantil, garantindo assim mais uma vez a sua permanência dentro da escola, pois somente após seus 16 anos ele pode entrar em um projeto - como o Jovem Aprendiz -, podendo assim ter uma assistência financeira adicional sem ter que deixar de ir a escola.

Desde início Gabriel junto com sua mãe vem enfrentando problemas, por conta do fechamento da Usina da cidade de Porecatu, foram despejados da casa onde moravam que pertence a Usina.

Uma solução que poderíamos destacar é a busca de auxílio moradia para a mãe de Gabriel já que todos nós temos esse direito garantido. Direito a moradia é simplesmente o direito de se ter um lar, ele é fundamental a todos, desde 1998 isso se tornou um Direito Social, cada um de nós precisamos ter um local para chamar de lar, um lugar que nos dê conforto, comodidade e principalmente segurança. Mas infelizmente para muitos o único local de moradia são as ruas ou lugares abandonados.

Também procurar o prefeito para que possam ajudar resolver seu problema, procurando saber se a cidade tem algum projeto: como por exemplo Minha Casa, Minha Vida financiado pela Caixa Federal junto com o prefeito da cidade, para assegurar a moradia de seus habitantes, pois é importante que Gabriel volte a estudar porque ele ainda é uma criança e mesmo que ele esteja afastado para que possa ajudar sua mãe, não é viável uma criança trabalhar e muito menos abandonar os seus estudos.

Conseguindo este benefício, eles podem conseguir o parcelamento do custo da moradia em vários meses ou, ter a divisão do valor da casa - o Estado paga uma parte e eles pagam a outra parte, proporcionalmente à sua condição financeira e/ou conseguir até mesmo a isenção total de custos.

Gabriel como criança precisa ir a escola até para que no futuro ele possa ajudar sua mãe a aprender a ler e escrever.

Após recorrer aos seus direitos a mãe de Gabriel poderá conseguir uma melhora em sua vida e na vida de seu filho. Também poderá começar a fazer algum estágio no período noturno para que possa conseguir se alfabetizar e quem sabe daqui alguns anos cursar um ensino superior para conseguir seguir alguma profissão que deseja.

Assim tendo condição de sustentar seu filho para que ele não precise mais trabalhar e sim para que ele possa concluir seus estudos.

São nossos direitos ter saúde disponível, ao trabalho, educação, alimentação, o lazer, a moradia, a segurança, a previdência social e a assistência aos desamparados.

Fonte : Acervo dos pesquisadores

Ao serem questionados se a metodologia os incentivou para ter mais autonomia no aprendizado, o aluno **A2** comentou que: *“Em outras situações eu não iria atrás de algumas soluções, mas com esse método eu comecei a ter mais interesse de buscar uma resolução”*.

Outro dado importante e positivo é que todos os alunos se sentiram satisfeitos com o método, inclusive desejando que seus professores utilizassem essa metodologia, pois era muito mais atrativa. A fala dos alunos colabora com isso, **A4** afirmou que: *“É um método diferente, que faz com que os alunos possam se aprofundar e ter mais curiosidades sobre o assunto, despertando um interesse maior em conhecer o tema apresentado, diferente de como estamos acostumados na nossa sala de aula”*. Já o aluno **A5** afirmou que é *“muito prático”*.

O motivo pelo qual o PBL instiga os alunos numa aprendizagem ativa para resolver os problemas é que está ligado ao contexto deles e isso se mostra uma vantagem. Os problemas não são aleatórios, e isso é uma vantagem, porque fazem com que os alunos se dediquem a buscar por soluções, trazendo um desafio para eles.

Dewey (1959b, p. 169) expõe isto:

Em um exame honesto dos métodos que dão sempre resultados na educação formal [...] revelará que sua eficácia depende da circunstância de reproduzirem de certo modo o tipo das situações que, fora da escola, na vida ordinária, provocam a reflexão. Todos esses métodos dão aos alunos alguma coisa para fazer e não alguma coisa para aprender; e o ato de fazer é de tal natureza que exige a reflexão; daí naturalmente, resulta aprendizagem.

Sendo assim, quando esses alunos entraram em contato com essa metodologia nova, ativa, que trouxe instigação e curiosidade, reconheceram que, apesar de não estarem acostumados com ela, ao irem adquirindo conhecimentos, estavam construindo seus próprios conhecimentos e não apenas resolvendo exercícios abstratos. De fato, o PBL desenvolveu nesses alunos um despertar para uma aprendizagem mais ativa, mostrando quão vantajosa pode ser essa metodologia,

seja para o ensino de Direitos Humanos, seja para a aplicação no currículo escolar, pois todos desejaram que seus professores utilizassem esse tipo de método em vez do método tradicional. Isso pode ser notado pela fala do aluno **A2**, que disse que gostaria porque *“é um tipo de abordagem bem interessante que nos faz com que obteríamos mais curiosidade para o aprendizado”*.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo evidenciar, por meio de um relato de experiência, como a metodologia ativa da Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) pode auxiliar na construção do pensamento crítico reflexivo no que se refere ao Direito a Moradia, um direito Humano.

Esta metodologia, quando utilizada incita, além da construção do conhecimento de um dado conteúdo, competências e habilidades como saber ouvir, saber posicionar-se, desenvolvimento de empatia, de autoconfiança, dentre outros.

Na experiência relatada evidencia que a aprendizagem baseada em problemas deve nascer do contexto dos estudantes, envolvendo uma situação que faz parte da realidade onde os mesmos estão inseridos. A partir deste problema os estudantes imergem na busca de uma solução, recordando o que já conhecem sobre a temática e buscando por meio de pesquisas um aprofundamento para produzir a solução.

Com tal metodologia, o aprendizado fica mais significativo, e o estudante torna-se o protagonista do processo educativo, sendo o professor um mediador.

A partir dos resultados que evidenciaram que a metodologia da aprendizagem baseada em problemas mostrou-se exitosa na aprendizagem, encerramos o presente artigo comungando com as ideias dos estudantes participantes, expressando o desejo que outros docentes também utilizassem essa metodologia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. C. M. O direito social à moradia versus políticas públicas voltadas à habitação: possibilidade de o poder judiciário aplicar a judicialização da política como forma de concretizar os direitos fundamentais. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 28-44, 2017.

ANDRADE, M. A. B. S.; CAMPOS, L. M. L. A aprendizagem baseada em problemas no ensino médio: o professor como tutor. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS (ENPEC), 2007. Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://fep.if.usp.br/~profis/arquivos/vienpec/CR2/p558.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

ANDRADE, E. N. F.; CUNHA, M. V. Discursos e auditórios: análise retórica dos argumentos de Dewey e Aristóteles acerca do homem e do desenvolvimento humano. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 17, p. 1-25, 2011. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/174>. Acesso em: 12 nov. 2018.

ANDRADE, M. A. B. S. **Possibilidades e limites da aprendizagem baseada em problemas de ensino médio**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90926/andrade_mabs_me_bauru.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 jan. 2019

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/10326/10999>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 263-294, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a02v22n83.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Decreto nº 1904, de 13 de maio de 1996. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1904.htm Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.. **Caderno de educação em direitos humanos: diretrizes nacionais**. Brasília: SDH-PR, 2013.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 maio 2018.

.BRUNER, J. S. **O processo da educação**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

CAPRARA, A. A construção narrativa dos problemas. In: MAMEDE, S.; PENAFORTE, J. (org.). **Aprendizagem baseada em problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional**. Fortaleza: Hucitec, 2001. p. 141-156.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A declaração universal dos direitos humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

DELISLE, R. **Como realizar a aprendizagem baseada em problemas**. Lisboa, Portugal: Edições Asa, 2000.

DEWEY, J. **Como pensamos**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1959a.

DEWEY, J. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1959b.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. 3. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1979.

DEWEY, J. **Vida e educação**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018a.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018b.

FREIRE, P. Política e educação. In: FREIRE, A. M. A. (org.). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GORCZEWSKI, C.; MARTÍN, N. B. **Educar para os direitos humanos: considerações, obstáculos, propostas**. São Paulo: Atlas, 2015.

HUNG, W. The 3C3R Model: a conceptual framework for designing problems in PBL. **Interdisciplinary Journal of Problem-Based Learning**, v. 1, n. 1, p. 55–77, 2006.

JONASSEN, D. H.; HUNG, W. All problems are not equal: implications for problem-based learning. **Interdisciplinary Journal of Problem-based Learning**, v. 2, n. 2, p. 10–13, 2008. Disponível em:

<https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1080&context=ijpbl> Acesso em: 25 set. 2019.

LOPES, R. M. *et al.* Características gerais da aprendizagem baseada em problemas *In:* LOPES, R. M.; SILVA FILHOS, M. V.; ALVES, N. G. (org.). **Aprendizado baseado em problemas**: fundamentos para a aplicação no ensino médio e na formação de professores. Rio de Janeiro: Publiki, 2019.

MAMEDE, S. Aprendizagem baseada em problemas: características, processos e racionalidade. *In:* MAMEDE, S.; PENAFORTE, J. (org.). **Aprendizagem baseada em problemas**: anatomia de uma nova abordagem educacional. Fortaleza: Hucitec, 2001. p. 25-48.

PENAFORTE, J. C. John Dewey e as raízes filosóficas da aprendizagem baseada em problemas. *In:* MAMEDE, S.; PENAFORTE, J. (org.). **Aprendizagem baseada em problemas**: anatomia de uma nova abordagem educacional. Fortaleza: Hucitec, 2001. p. 49-78.

PINHO, L. A.; LOPES, R. M. A construção do problema na aprendizagem baseada em problemas. *In:* LOPES, R. M.; SILVA FILHOS, M. V.; ALVES, N. G. (org.). **Aprendizado baseado em problemas**: fundamentos para a aplicação no ensino médio e na formação de professores. Rio de Janeiro: Publiki, 2019.

RIBEIRO, L. R. C. **A aprendizagem baseada em problemas (PBL)**: uma implementação na educação em Engenharia na voz dos atores. 2005. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005. Disponível em:
<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2353/TeseLRCR.pdf?sequence%3E>. Acesso em: 10 ago. 2019

RIBEIRO, L. R. C. **Aprendizagem Baseada em Problemas – PBL**: uma experiência no ensino superior. São Carlos: EDUFSCar, 2008.

RIBEIRO, L. R. C.; ESCRIVÃO FILHO, E.; MIZUKAMI, M. G. N. Uma experiência com a PBL no ensino de engenharia sob a ótica dos alunos. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA, 30., 2003, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ABENGE, 2003. Disponível em:
<http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/16/artigos/NMT221.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SACAVINO, S. Educação em direitos humanos e democracia. *In:* CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. **Educação e direitos humanos**: construir a democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SCHMIDT, H. G. Foundations of problem-based learning: some explanatory notes. **Medical education**, v. 27, n. 5, p. 422-432, 1993.

SCHMIDT, H. G. As bases cognitivas da aprendizagem baseada em problemas. *In*: MAMEDE, S.; PENAFORTE, J. (org.). **Aprendizagem baseada em problemas**: anatomia de uma nova abordagem educacional. Fortaleza: Hucitec, 2001. p. 79-108.

SILVA, F. C. **Proposta de avaliação formativa aplicando aprendizagem baseada em problemas (ABP) no ensino médio**. 2017. . Dissertação (Mestrado em Projetos Educacionais de Ciências) - Escola de Engenharia de Lorena, Universidade de São Paulo, Lorena, 2017. Disponível em:
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/97/97138/tde-21112017-135922/en.php>.
Acesso em: 20 fev. 2019.

SILVA FILHO, M. V. *et al.* Como preparar os professores brasileiros da educação básica para a aprendizagem baseada em problemas. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL PBL. 2010. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2010. Disponível em:
<http://www.each.usp.br/pbl2010/trabs/trabalhos/TC0145-1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019

SILVA, S. S. O Plano Nacional de Educação em direitos humanos: uma ideia de formação escolar cidadã. **Impulso**, v. 28, n. 72, p. 101-111, 2015.

SOUSA, S. O. **Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL–Problem Based Learning)**: estratégia para o ensino e aprendizagem de algoritmos e conteúdos computacionais. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

TORP, L.; SAIGE, S. **Problems as possibilities**: problem-based learning for k-16 education. 2. ed. Alexandria, Virginia, EUA: [s.n.], 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.